

TRABALHO DOCENTE E GERENCIALISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Elizabeth Gottschalg Raimann¹
Leislainy Moraes Castro²
Layla Rodrigues Parreira³
Sarah Rocha de Macedo Alves⁴
Cristiane de Fátima Lemes Domingos⁵

Resumo:

As reformas educacionais, no Brasil, implementadas a partir de 1990, levam o Estado a desenvolver programas e ações para a educação, cujos discursos e práticas repercutem no trabalho docente. Problematiza-se nesse contexto a atuação do Estado, seu ideário de gestão e como isso impacta o trabalho docente. Objetivou-se mapear e analisar os trabalhos de pesquisa que elucidam a questão do trabalho docente e gerencialismo na educação básica no estado de Goiás a partir da década de 2000. Como metodologia utilizou-se a consulta ao banco de dados dos programas de pós-graduação do estado de Goiás pesquisas relacionadas ao trabalho docente e gerencialismo na educação, entre os anos de 2000 a 2018. Da produção científica levantada, relacionou-se e descreveu-se as pesquisas de mestrado e doutorado considerando seu (sua) autor(a), programa de pós graduação, ano de publicação, metodologia de pesquisa, principais resultados e palavras chaves. Estes dados; compilados, foram analisados quantiquitativamente a partir do referencial teórico Newman e Clarke (2012), Raimann (2015), Saviani (2007) entre outros, que permitiram compreender e analisar as categorias gerencialismo e trabalho docente. O mapeamento permitiu levantar um quadro analítico da produção científica sobre a temática no estado de Goiás, auxiliando na revisão da literatura para outras pesquisas em desenvolvimento, bem como compreender as categorias de análise favorecendo a formação inicial de pesquisadores em programas de iniciação científica.

Palavras-chave:

Trabalho docente. Gerencialismo. Revisão de literatura. Programas de Iniciação científica.

TEACHING WORK AND MANAGERIALISM: A LITERATURE REVIEW

Abstract:

Educational reforms in Brazil, implemented since 1990, lead the government to develop programs and actions for education, whose discourses and practices have repercussions on teaching work. In this context, the performance of the State government, its management ideas and how it impacts teaching work are questioned. The objective was to map and analyze the research works that elucidate the issue of teaching work and managerialism in basic

¹Doutorado em Educação. Universidade Federal de Jataí/GO. UAE Educação. E-mail: elizabeth_raimann@ufg.br

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí/GO. E-mail: leislainymoraescastro@gmail.com

³Graduanda do Curso de Pedagogia. Bolsista PROLICEN. Universidade Federal de Jataí/GO. E-mail: laylarpereira@gmail.com

⁴Graduanda do Curso de Pedagogia. Bolsista PIBIC. Universidade Federal de Jataí/GO. E-mail: sarahrocha013@gmail.com

⁵Especialista em Psicopedagogia/Especialista em Fluente Libras. Interprete de Layla Rodrigues Parreira. Email: cristianefsp31@gmail.com

education in the State of Goiás from the 2000s onwards. As a methodology, the consultation of the database of postgraduate programs of the State of Goiás was used, researches related to teaching work and managerialism in education, between the years 2000 to 2018. From the scientific production surveyed, the master's and doctoral researches were related and described, considering its author, postgraduate program, year of publication, research methodology, main results and keywords. These data compiled, were analyzed quantitatively and qualitatively from the theoretical framework Newman e Clarke (2012), Raimann (2015), Saviani (2007) among others that allowed the understanding and the analysis of the categories of managerialism and teaching work. The mapping made it possible to bring an analytical representation of scientific production on the subject in the State of Goiás, assisting in the literature review for other researches in development, as well as understanding the categories of analysis favoring the initial formation of researchers in scientific initiation programs.

Keywords:

Teaching work. Managerialism. Literature review. Scientific Initiation Programs.

TRABAJO DOCENTE Y GERENCIALISMO: UNA REVISIÓN DE LITERATURA

Resumen:

Las reformas educativas en Brasil, implementadas desde 1990, llevan al Estado a desarrollar programas y acciones para la educación, cuyos discursos y prácticas tienen repercusiones en el trabajo docente. En este contexto, se cuestiona el desempeño del Estado, sus ideas de gestión y cómo eso impacta el trabajo docente. El objetivo fue mapear y analizar los trabajos de investigación que aclaran el tema de la enseñanza y el trabajo gerencial en educación básica en el estado de Goiás a partir de la década de 2000. Como metodología, se utilizó la consulta de la base de datos de programas de posgrado del estado de Goiás, investigaciones relacionadas con el trabajo docente y el gerencialismo en la educación, entre los años 2000 a 2018. Desde la producción científica recopilada, las investigaciones de maestría y doctorado fueran relacionadas y descritas considerando sus autores(as), programa de posgrado, año de publicación, metodología de investigación, principales resultados y palabras clave. Estos datos, compilados, se analizaron cuantitativamente y cualitativamente utilizando el marco teórico Newman e Clarke (2012), Raimann (2015), Saviani (2007) entre otros que permitieron comprender y analizar las categorías de gerencialismo y trabajo docente. El mapeo permitió generar una imagen analítica de la producción científica sobre el tema en el estado de Goiás, ayudando en la revisión de la literatura para otras investigaciones en desarrollo, así como el entendimiento de las categorías de análisis que favorecen la capacitación inicial de investigadores en programas de iniciación científica.

Palabras clave:

Trabajo docente. Gerencialismo. Revisión de literatura. Programas de iniciación científica.

Introdução

As reformas educacionais, no Brasil, implementadas a partir de 1990, decorrentes das mudanças políticas e econômicas no país mediante orientações neoliberais, promoveram

uma redução do papel do Estado diante das questões sociais. O Estado de bem-estar social dá lugar a um estado gerencialista e empreendedor (RAIMANN, 2015).

Neste cenário, o Estado desenvolve programas e ações para a educação, cujos discursos e práticas repercutem no trabalho docente levando-o a assumir a responsabilização pelo (in)sucesso de seus alunos. Problematisa-se nesse contexto a atuação do Estado, seu ideário de gestão e como isso impacta o trabalho docente. Estas questões de análise são relevantes para que, de forma crítica, se compreendam os programas e ações implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais, que seguem a lógica da nova gestão pública, conforme orientações do então ministro Bresser Pereira à frente do Ministério da Administração Federal da Reforma do Estado (MARE) (BRASIL, 1997).

Este artigo é decorrente de estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas (NUFOPE) credenciado no CNPq/UFG/Jataí, durante o ano de 2019, no que tange o trabalho docente no contexto da gestão por resultados. Objetiva-se trazer o resultado do mapeamento de trabalhos de pesquisa que elucidam a questão do gerencialismo na educação e os desafios ao trabalho docente da educação básica no estado de Goiás a partir da década de 2000.

Esse levantamento resultou de pesquisa desenvolvida por alunos bolsistas de Iniciação Científica⁶, contando com o apoio de aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/REJ e a interprete de Libras junto à aluna bolsista Prolicen, contribuindo assim na formação científica.

Inicialmente se apresentará os resultados do mapeamento realizado e, na sequência, a análise dos dados, considerando a categoria gerencialismo e seus desdobramentos no trabalho docente.

Material e método

A pesquisa, de cunho bibliográfico, se alinha ao que se chama por estado do conhecimento. Este tipo de investigação é uma opção metodológica em pesquisa, permitindo o levantamento e a avaliação do conhecimento sobre determinado tema, segundo Ferreira (2002). Levantar o estado do conhecimento é o primeiro passo de qualquer pesquisa, pois de forma sistemática permite o avanço científico contribuindo para novas investigações, a partir

⁶ PROLICEN e PIBIC.

de lacunas percebidas. Desta forma, foi feita consultando banco de dados dos programas de pós-graduação do estado de Goiás referente a pesquisas relacionadas ao trabalho docente e gerencialismo na educação, entre os anos de 2000 a 2018. Como procedimento, consultou-se os *sites* das universidades públicas e privadas do estado de Goiás, nas páginas referentes aos programas de pós-graduação, pesquisas de mestrado e o doutorado, com as seguintes palavras chaves: gerencialismo, nova gestão pública, Estado gerencial, Gestão Governamental de responsabilidade social. Da produção científica levantada, buscou-se, primeiramente, relacionar e descrever as pesquisas de mestrado e doutorado considerando seu (sua) autor(a), título, ano de publicação, programa de pós graduação, *link* de acesso ao trabalho, tipo de produção científica e palavras chave. Posteriormente, foi analisado o resumo de cada trabalho, buscando identificar, se possível, o referencial teórico, a metodologia de pesquisa e os principais resultados. Estes dados compilados foram analisados quantitativamente a partir do referencial teórico, permitindo compreender a categoria gerencialismo e seu desdobramento no trabalho docente.

Quadro 1- Dissertações dos PPGE UFG e PUC/GO

Nome do autor	Título	Ano	IES	Palavra chave	Link
SANTOS, Jane Darley Alves dos	Aspectos relevantes das políticas públicas de formação de professores: considerações dos gestores educacionais da cidade de Goiânia	2010	UFG	formação de professores gestores políticas públicas	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/538
SILVA, Domingos Pereira da	Planejamento e gestão escolar: concepções e implicações	2011	PUC-GO	Capitalismo Estado Planejamento Gestão	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1280
MENDONÇA Lázara Lisboa da Costa	Gestão da escola pública no sistema municipal de ensino de Goianésia-GO	2013	PUC-GO	Políticas Educacionais, Gestão Democrática, Escola Pública, Sistema Municipal de Ensino Goianésia-GO	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1104
BELUCCI, Kelen Rejane Nunes	Gestão por resultados e eficiência da bolsa de estudos no Ensino Superior privado: uma análise à luz da experiência do	2014	PUC-GO	Gestão por Resultados, Eficiência, Accountability Bolsa Universitária,	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3456

	Programa Universitária estado de Goiás.	Bolsa do			Indicadores.	
--	---	-------------	--	--	--------------	--

Fonte: Parreira (2019)

Resultados

Do levantamento realizado nas páginas dos programas de pós-graduação, duas universidades foram consultadas, uma pública e outra privada, sendo elas: a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

Entre dissertações e teses encontraram-se ao todo oito pesquisas, sendo quatro dissertações e quatro teses, conforme se pode visualizar nos quadros 1 e 2. As dissertações versam sobre a política educacional goiana. Das temáticas das teses, duas mais abrangentes em nível nacional tratam do PARFOR, política de formação de professores da educação básica, sendo esta política analisada no Distrito Federal e outra a partir da formação oferecida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. As outras duas teses têm como objeto a educação goiana, sendo que uma analisa a reforma da educação no estado de Goiás e a outra trata do ensino médio e a proposta da escola integral.

Os dados acima demonstram que na universidade pública, uma dissertação foi defendida e três na universidade privada, entre os anos de 2010 a 2014. As temáticas versam sobre a política de formação de professores e a visão dos gestores educacionais do município de Goiânia; a gestão e planejamento educacional municipal e a gestão de resultados considerando o Programa Bolsa Universitária do estado de Goiás. Nesse sentido, a categoria gerencialismo se evidenciou, levantando evidências dos impactos no trabalho docente, como se verá mais adiante.

Na pesquisa de Santos (2010), o objetivo foi analisar o ponto de vista dos gestores na rede estadual de Goiás e os aspectos relativos às políticas de formação docente, especialmente após a década de 1990, considerando a problemática das políticas de formação de professores e suas implicações para a profissão docente a partir da maior disseminação das idéias liberais em toda América Latina e a posição de destaque que as mesmas têm ocupado nos documentos oficiais dessa região no Brasil. Aborda elementos constitutivos da política de formação docente, a partir dos pilares: universalização, formação prática (validação das experiências), formação continuada, gestão gerencialista e pedagogia das competências. Na metodologia a construção das categorias de análise: a formação continuada, o plano de carreira e o salário, a

importância dos aspectos pedagógicos para a formação docente, a política de formação de professores e a importância das condições físicas nas escolas para o exercício da profissão docente. Como resultados, o perfil do gestor proposto por essas políticas é o de um líder com competências gerenciais/administrativas, com autonomia para buscar recursos para a escola junto à iniciativa privada, incorporando o discurso neoliberal. A formação de professores passa a caracterizar-se por novas exigências, e a formação de um perfil que supra as novas necessidades produtivas. Ressalta a importância da criação de espaços de discussões coletivas como uma forma de desenvolver um olhar mais crítico e político sobre os aspectos investigados, a fim de resgatar a dimensão coletiva do trabalho docente, dimensão essa que está perdida em meio às ações voltadas para individualizar o professor.

Silva (2011) analisou o planejamento e gestão da escola pública no contexto da reestruturação produtiva e da reforma do Estado. Como referência de análise considerou as orientações presentes nas políticas públicas educacionais efetivadas no Brasil a partir da década de 1990 e, mais especificamente, nos anos finais da primeira década do século XXI. A pesquisa documental e empírica, com abordagem metodológica o estudo de caso, contou com entrevista semiestruturada. Como resultado, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo acabaram por provocar o redimensionamento das políticas sociais em vários setores da administração pública e, particularmente, da educação. O processo de gestão se efetiva na “nova administração pública”, o gerencialismo orienta as políticas educacionais privilegiando o princípio da competência do sistema escolar, pela centralização das decisões e dos mecanismos de controle internos e externos à escola e pela adoção de modelos de organização e avaliação calcados nos resultados. Conclui que a concepção de planejamento e gestão adotada na escola campo de pesquisa vem sendo orientada pela perspectiva gerencial intrinsecamente relacionada ao modelo neoliberal que por sua vez está subordinada e legitimada pelas orientações do processo de reestruturação capitalista e de reforma do Estado acarretando o redimensionamento das políticas educativas, por meio da adoção do planejamento estratégico e de planos, programas e projetos de viés gerencialista, pautados pela desconcentração, centralização e fragmentação do ato decisório.

Por sua vez, Mendonça (2013) objetivou elucidar a questão relacionada às condições concretas instituídas e instituintes nas escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino de Goianésia-GO, para o desenvolvimento da gestão escolar democrática. O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa na análise de documentos oficiais e o questionário com dirigentes da Secretaria Municipal de Educação (SME) de

Goianésia-GO, como instrumento de coleta de dados. Como resultados, o SME de Goianésia-GO desenvolve iniciativas voltadas à gestão democrática, visto que está em curso um processo gradual de implantação da eleição direta para escolha de dirigentes escolares e a implantação dos conselhos escolares. Por outro lado, a pesquisa empírica revelou que existe um longo caminho à consolidação das práticas de gestão democrática no Sistema, haja vista que permanecem, no cotidiano da organização escolar, práticas personalistas e autoritárias, que dificultam a participação crítica e consciente dos diferentes segmentos que a constituem na definição de seus rumos, no sentido de garantir o direito à educação de qualidade social para todos. Os princípios gerenciais no cotidiano escolar representam um retrocesso na tentativa de ampliar as práticas mais democráticas que pressupõe discussão e redirecionamento do poder na tomada de decisões. Há claramente a necessidade da disponibilidade de espaços, tempos e formas de participação, voltados aos diversos segmentos da escola, a fim de propiciar o debate dos problemas e das dificuldades relativas ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. A autora defende que, da mesma forma que a escola pode reproduzir relações hierárquicas presentes na sociedade, ela pode também desenvolver práticas democráticas que visem transformar tais relações e contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

Por fim, Belucci (2014) em seu estudo contextualiza a relação causal entre Gestão por Resultados, “*accountability*” e eficiência, subjacente ao paradigma de Gestão Pública de vanguarda. Como procedimento foi feita uma discussão teórica que visa a definir o conceito de eficiência, principalmente para incorporar sua dimensão social, os limites políticos e organizacionais à sua realização, e os contornos de um modelo normativo de Gestão por Resultados, este elaborado à luz dos conceitos de tomada de decisão e da implementação, de coordenação intragovernamental e indicadores de resultados. As implicações dessa discussão são então ilustradas e complementadas a partir da análise da bolsa de estudo de ensino superior em instituições privadas no Estado de Goiás, experiência importante, particularmente no tocante à contratualização de resultados. Como conclusões, a constatação que a experiência goiana ainda é tímida na orientação para resultados entendidos como efeitos, embora tenha avançado no controle por produtos. A metodologia utilizada foi um estudo empírico que envolveu análise documental, observação participante e a implementação de uma sistemática de acompanhamento de resultados. Conclui que iniciativas devem ser empreendidas no sentido do estudo e do desenvolvimento de métodos de coordenação por valores e habilidades.

Quanto às teses levantadas nos programas de pós-graduação, o quadro 02, abaixo, apresenta a síntese evidenciando que todas as quatro foram defendidas na universidade privada, sendo uma no ano de 2014, outra em 2017 e duas no ano de 2018.

Quadro 2- Teses dos PPGE de Goiás UFG e PUC/GO

Nome	Título	Ano	IES	Palavra chave	Link
MORAES, Vilma Rodrigues de	Políticas de formação de professores: impactos do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e a atipicidade do Distrito Federal (2009-2013).	2014	PUC-GO	Educação Básica Formação inicial e continuada Distrito Federal PARFOR Licenciatura em Dança	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/720
PESSONI, Lucineide Maria de Lima	Internacionalização das políticas educacionais, finalidade educativas escolares e qualidade de ensino: A reforma educativa no estado de Goiás	2017	PUC-GO	Neoliberalismo. Internacionalização. Finalidades educativas. Políticas educacionais. Produtividade. Qualidade de ensino.	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3858
SANTOS, Maria Lúcia Pacheco Duarte dos	Educação em tempo integral em uma escola pública de ensino médio em Goiás: um estudo de caso	2018	PUC-GO	Políticas Educacionais. Educação em Tempo Integral no Ensino Médio. Centro de Ensino em Período Integral..	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4087
AMORIM, Hellen Cristina Cavalcante	Políticas de formação de professores da educação básica: Estudo de caso do Curso de Formação Pedagógica do PARFOR da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2018	PUC-GO	Curso de Formação Pedagógica da UTFPR. Formação de professores da educação básica em nível secundário e superior.	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4071

Fonte: Parreira (2019)

Moraes (2014) teve como objetivo analisar as implicações da implantação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação (PARFOR) e seu impacto na prática dos docentes da educação básica do sistema público do Distrito Federal (DF) egressos do curso de Licenciatura em Dança pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. A pesquisa constituiu-se em uma abordagem qualitativa na modalidade de pesquisa participante combinada com a utilização de questionários e análise de conteúdo. Como principais resultados, a autora observa as dificuldades acerca da formação dos professores do ensino do público do DF, destacando o contexto político e econômico, a interferência dos organismos internacionais nas políticas educacionais, o papel do Estado mediante as demandas neoliberais e como consequência os impactos dessa formação no ensino público do DF. Uma formação neste caso de maneira aligeira, nos quais os acadêmicos têm grandes dificuldades culturais e até mesmo problemas de aprendizagem. Percebe-se que a baixa qualidade do ensino na educação básica traz problemas desde a formação docente; essa formação atende a ótica do mercado, sendo o professor que contribui para a formação dos futuros trabalhadores. Sugere como uma das possíveis alternativas uma avaliação do PARFOR para que sejam feitas intervenções, garantindo assim o sucesso dessa política educacional na formação docente.

Santos (2018) analisou a Educação em Tempo Integral de uma escola pública de ensino médio em Goiás, levando em conta duas categorias: Concepção de Educação em Tempo Integral e condições de implantação da Escola de Tempo Integral. Essa segunda categoria se divide em: tempo (ampliação da jornada escolar), estrutura física e gestão democrática. Numa abordagem qualitativa, a metodologia adotada foi um estudo de caso. Como resultados, a implementação da Escola de Tempo Integral em Goiás respaldou-se no ordenamento legal tanto federal quanto estadual. Na análise, a autora buscou apresentar a história da Educação brasileira destacando as concepções de Educação em Tempo Integral, tratou da Reformulação Curricular, e a realidade encontrada na escola observada. Como resultados, o governo goiano e a Seduce propõem as mudanças e somente depois verificam as condições para efetivá-la. Destacou que a Educação de Tempo Integral em Goiás é carregada de heranças políticas repressoras, que o currículo não atende aos anseios da comunidade e a Gestão não é democrática. Mas que ainda assim os estudantes veem nessa Escola uma possibilidade para sucesso na vida. A autora ainda propõe uma Educação de Tempo Integral que possibilite uma formação omnilateral, e não uma política que atenda aos interesses do Governo. Uma ação pedagógica reflexiva para uma formação de qualidade.

Amorim (2018), na pesquisa, buscou analisar os significados do curso de Formação Pedagógica do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) atribuídos pelos cursistas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Tendo como procedimento metodológico a análise documental, questionário e entrevista em uma abordagem qualitativa, com estudo de caso. Como resultado, destaca a relevância do PARFOR para a formação e aprimoramento dos profissionais incluindo-os na categoria de professor formado em nível superior. Para isso, resgata o PARFOR que objetiva de atender aos professores que atuam na educação básica, mas que ainda não tinham formação superior adequada exigida pela Lei. Uma política nacional caracterizada como plano emergencial que teve a colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios visando a valorização do profissional do magistério. Identifica nos objetivos do PARFOR uma política de formação de professores para melhorar a qualidade do ensino, analisando a importância da formação pedagógica no processo formativo dos professores.

Pessoni (2017), por sua vez, objetivou analisar a repercussão dos processos de internacionalização das políticas educacionais, no contexto do neoliberalismo, nas finalidades educativas escolares e nos critérios de qualidade de ensino, tendo como caso exemplar a Reforma Educativa no Estado de Goiás, no período compreendido entre os anos de 2014 a 2016. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Como resultados, busca conceituar neoliberalismo, globalização, internacionalização e o papel dos organismos multilaterais, relacionando-os com a educação e a maneira que influenciam na elaboração dos documentos da política educação brasileira e como consequência no Estado de Goiás, a Reforma Educativa implantada em 2011, por meio do projeto intitulado Pacto pela Educação. A educação, neste contexto, está vinculada as demandas da economia, na qual a escola tem deixado seu papel formador humano para atender ao mercado de trabalho, pois na ótica neoliberal a qualidade está relacionada apenas ao mercado, a produtividade. Entende-se que essas intervenções feitas pelos organismos multilaterais em principal Banco Mundial e Unesco afetam as políticas educacionais, orientando a escrita dos documentos oficiais e diretamente na gestão escolar, no funcionamento da escola, na qualidade do ensino e no processo ensino aprendizagem.

Discussão

As transformações na educação estão relacionadas às mudanças impostas pelo próprio capitalismo que, diante das diversas crises, busca se ajustar a fim de não perder sua lucratividade. Isso leva o Estado nacional a se adequar as demandas postas pelo neoliberalismo em que prevalece maior apoio as questões econômicas, ou seja, o Estado passa a investir mais na economia, diminui sua ação nas políticas sociais, dentre elas a educação. Assim, conforme analisa Raimann (2015):

o Estado, diante das crises do capital, muda a sua feição: moderniza-se nos princípios do gerencialismo, denominado de Nova Gestão Pública (NGP) e, sob o cunho liberal social, estrategicamente, alia-se ao mercado, passando a atuar numa política social, por meio de programas e ações. O princípio de gerência, pelo qual o Estado se orienta, está na eficiência técnica, na otimização dos recursos, na avaliação de desempenho aliado ao princípio da responsabilização, accountability, gerenciamento por resultados, com metas a serem alcançadas, afetando as políticas educacionais e, em especial, o trabalho docente. (p. 27).

Os alicerces dessa nova gestão pública estão em se identificar os principais elementos que fundamentam o gerencialismo e a performatividade na gestão educacional brasileira e que instituem parâmetros regulatórios e a cultura do desempenho. Assim afirma Newman e Clarke (2012).

A ideia do poder transformacional de gestão, e de gestores como indivíduos heróicos que podiam transformar organizações consideradas em falência, formava um recurso muito significativo para os governos que buscavam reconfigurar estados de bem-estar e serviços públicos. (p.361)

A definição traz com clareza a forte conotação econômica que prevalece no âmbito das estratégias adotadas pelos países desenvolvidos no que se refere à gestão das organizações. Esta concepção, que tem sido estendida para a gestão pública, carrega uma visão limitada na medida em que concentram sua atuação numa perspectiva racional e mecanicista, características impregnadas pelo gerencialismo. (PARREIRA, 2020)

Adrião e Peroni (2009) por sua vez, ao analisarem a educação pública, o setor privado e a gestão democrática, afirmam que ao longo da década de 1980 a política educacional brasileira vem sendo pautada de importantes debates relacionados a autonomia da escola pública, do trabalho docente, gestão democrática da educação, a desresponsabilização governamental diante do quadro educacional brasileiro, entre outras. Segundo as autoras, o capitalismo vive uma aglutinação pautada de crises estruturais embasadas em inúmeras

contradições, e a natureza estrutural e estruturante destas crises intervêm no estado gerando consequências como à busca do Estado por adequação aos parâmetros de qualidade do mercado privado, bem como as instituições públicas deixam de serem as principais responsáveis pela execução das políticas públicas.

Nesse sentido, a privatização parte do aparato estatal adotando mecanismos de gestão próprios do campo empresarial. O Estado se retira da execução, permanecendo como financiador e avaliador das políticas sociais ofertadas pelos agentes privados. Não obstante as atividades ou serviços permanecem sob a propriedade do Estado, contudo, passam a ser geridos pela lógica de mercado.

A reflexão sobre as relações entre os setores público e o privado na gestão da educação básica é pertinente, considerando que o objetivo destas políticas é neoliberal, buscando lucros financeiros assumindo a lógica da gestão privada instituindo os princípios da administração gerencial ou nova gestão pública.

As pesquisas acima descritas e autores consultados para este artigo mostram que a educação passa a ser vista como uma forma de acesso ao mercado de trabalho, uma válvula de escape para tantos problemas que o capital arrasta consigo. Descaracterizada a educação como bem social, na ótica neoliberal, passa a ser uma mercadoria a ser consumida. Nessa lógica, deixando de ser um direito social, a educação de qualidade para a formação humana integral se fragiliza ainda mais, acentuando a educação dualista, conforme analisa Saviani (2007) em fundamentos ontológicos e históricos do trabalho e educação.

Libâneo (2012), resgatando a função social da escola pública, alerta que a interferência das forças econômicas internacionais da década de 1990 não atingiu seu papel na promoção do ensino como função social, ao contrário, ao atender as políticas educacionais de cunho neoliberal intensificou sua ação na exclusão social, pois as políticas de reforma educacional dessa época não atendiam as necessidades dos países pobres.

A educação deveria ser a forma de condição de igualdade de oportunidades, porém se tornou um meio de competitividade, no qual quem é detentor de mais conhecimento lhe será possibilitado maior oportunidades no mercado de trabalho, tornando essas oportunidades como meio de disputa e que na verdade é maior exploração da força de trabalho. Nesse sentido, leva a necessidade da atualização constante do indivíduo, onde a palavra de ordem é “aprender a aprender”, cuja educação, como mercadoria a ser consumida, atende ao mercado de trabalho. Conforme explicita Duarte (2006,):

O lema “aprender a aprender”, ao contrário de seu um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para a formação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto, por outro lado, são buscada formas de aprimoramento da educação das elites. (p.8, grifo do autor).

Considerando que as políticas públicas educacionais se baseiam no ideal mercadológico, afirma-se ser impossível a sua aplicabilidade de forma efetiva no contexto educacional e na sua totalidade. Nesse contexto, com a reestruturação da gestão pública, sob o neoliberalismo, em que o Estado se exime das suas responsabilidades sociais em específico a educação, deixando-as para a esfera do mercado, o trabalho docente, tem impacto na ótica gerencialista, pois se transforma em trabalho de um sistema produtivo dentro da lógica neoliberal. Como Lima (2010) argumenta

Assim, compreende-se educação como prática social, que se define, nos diferentes espaços da sociedade. É um elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica. Entretanto, existem diferentes estratégias do capital para que a educação se subordine a sua esfera privada. Essas estratégias que reduzem o trabalho a mero fator econômico: a força de trabalho que reduz também o papel da educação aos processos de habilitação técnica, social e ideologicamente de qualificação para o trabalho [...] buscam subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital. (p. 58).

O cenário posto pelo ideário da nova gestão pública, o gerencialismo, no âmbito educacional nos últimos anos no país, em específico, no estado de Goiás tem impactado no trabalho docente, considerando que a função social da escola está para atender a demanda do capital. A gestão por resultados aliada a pedagogia do “aprender a aprender”, habilidades e competências, têm levado ao esvaziamento de uma fundamentação teórica consistente e política dos professores, levando-os a serem empreendedores de si (RAIMANN, 2015). O levantamento realizado das produções de dissertações e teses produzidas durante na última década, nesta pesquisa, tem apontado para tal realidade.

Considerações finais

Este artigo, fruto de estudos e pesquisas realizados no NUFOPE, apresentou o resultado do levantamento de trabalhos de pesquisa que elucidam a questão do gerencialismo

na educação e os desafios ao trabalho docente da educação básica no estado de Goiás a partir da década de 2000.

Espera-se que com este mapeamento realizado, o quadro analítico da produção científica sobre a temática no estado de Goiás, auxilie na revisão da literatura para outras pesquisas em desenvolvimento.

Da mesma forma, o processo vivenciado pelos estudos e pesquisas tenha colaborado na formação científica das alunas envolvidas nesse artigo, além de contribuir na formação pessoal e profissional a partir de um posicionamento crítico e reflexivo frente à temática estudada.

Agradecimentos

Este artigo contou com a participação de bolsistas de I.C tendo o apoio institucional da UFG/Bolsa Prolicen e o CNPq/Bolsa PIBIC.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado. Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br> Acesso em: 20 jul. 2020

AMORIM, H. C. C. **Políticas de Formação de Professores da Educação Básica: Estudo de Caso do Curso de Formação Pedagógica do PARFOR da Universidade de Tecnológica Federal do Paraná**. Orientador: Iria Brzezinski. 2018. 187 fl. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

BELUCCI, K. R. N. **Gestão por Resultados e Eficiência da Bolsa de Estudo no Ensino Superior Privado: Uma análise à luz da experiência do Programa Bolsa Universitária do Estado De Goiás**. Orientador: Jean Marie Lambert. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

BRASIL. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**, caderno 1. Luis Carlos Bresser Pereira. Brasília: MARE, 1997.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana. São Paulo: Autores Associados, 2006. Campinas, v. 24, n. 83, p.601 – 625, ago.2003.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIMA, L. L. **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil**. Orientador: Angela Cristina Belém Mascarenhas.2010. 262f. Tese (Doutorado em Educação) – Doutorado em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MENDONÇA, L. L. da C. **Gestão da Escola Pública no Sistema Municipal de Ensino de Goianésia-GO**. Orientador: Denise Silva Araújo.2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade Acesso em: 10 maio 2020.

PARREIRA, L. R. **Relatório parcial de pesquisa Prolicen**, UFG, documento não publicizado (2019)

PARREIRA, L. R. **Relatório final de pesquisa Prolicen**, UFG documento não publicizado (2020)

PESSONI, L. M. de L. **Internacionalização das Políticas Educacionais, Finalidades Educativas Escolares e Qualidade de Ensino: A Reforma Educativa no Estado de Goiás**. Orientador: José Carlos Libâneo 2017. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

MORAES, V. R. de. **Políticas de Formação de Professores: Impactos do Plano Nacional de Formação de professores (PARFOR) e a Atipicidade do Distrito Federal (2009-2013)**. Orientador: Iria Brzezinski. 2014. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - STRICTO SENSU Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SANTOS, M. L. P.D dos. **Educação em Tempo Integral em uma Escola Pública de Ensino Médio em Goiás: Estudo de Caso**. Orientador: Iria Brzezinski. 2018. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia,2018.

SILVA, D. P. da. **Planejamento e Gestão Escolar: Concepções e Implicações**. Orientador: Maria Francisca de Souza Carvalho Bites. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) -Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

RAIMANN, E.G. **Concepções de trabalho e profissionalização docente: sua redução à ação empreendedora**. Antônio Bosco de Lima. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SANTOS, J. D. A. dos. **Aspectos Relevantes das Políticas Públicas de Formação de Professores: Considerações dos Gestores Educacionais da Cidade de Goiânia**. Orientador: Agustina Rosa Echeverría. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) -Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

